



INÍCIO / OPINIÃO

Sobre as dívidas dos estudantes do Ensino Superior público



Maria da Graça Carvalho

12 Julho 2023 — 00:41

TÓPICOS

- Maria da Graça Carvalho
- Opinião
- estudantes
- Ensino Superior
- Propinas - dívidas
- Direito à Educação gratuita

Foi recentemente noticiado que os alunos do Ensino Superior devem mais de 60 milhões de euros às universidades e institutos politécnicos públicos que frequentam ou frequentaram. Isto, já excluídos os casos de todos os estudantes que chegaram a acordo com as suas instituições para pagamento faseado das dívidas. Pior: confirmou-se que esta é uma tendência que se agravou nos anos da pandemia de covid-19 e que continua a fazer-se sentir, numa altura em que as famílias portuguesas se debatem com as dificuldades decorrentes da inflação.

Por mais circunstâncias atenuantes que se invoquem, como o facto de os números terem sido divulgados perto do final do ano letivo, altura em que supostamente as dívidas tendem a crescer, esta é uma situação absolutamente trágica e que traduz um fracasso do Estado no seu dever de garantir o acesso à Educação.

Tendo passado, duas vezes, pela tutela do Ministério da Ciência e Ensino Superior, há muito que venho defendendo que Portugal tem de ter um sistema de financiamento das instituições, na componente das propinas, que assegure que nenhum aluno é prejudicado no acesso por razões económicas. Cobrando um valor adequado a quem manifestamente tem os meios para pagar, e garantindo bolsas igualmente adequadas a todos os que não os têm.

Em vez disso, o que temos é um sistema que cobra o mesmo à generalidade da população estudantil, independentemente da franja socioeconómica de onde vem e do custo real do

curso que frequenta. Um sistema que, por outro lado, continua a ser restritivo nos critérios de elegibilidade para se ter acesso às bolsas da ação social escolar, não levando em conta contextos específicos, como o atual, e excluindo automaticamente inúmeros alunos oriundos de famílias cujos rendimentos são comprovadamente baixos. Além disso, ainda que esse seja outro tema, aplica-se por norma a bolsa mínima, que cobre apenas os custos da propina.

PUBLICIDADE ■ CONTINUE A LEITURA A SEGUIR

Num cenário ideal – que isto fique claro –, a frequência das instituições do Ensino Superior público deveria ser gratuita para todos os alunos. E talvez não fosse impossível chegar a esse patamar com outras escolhas e prioridades nas questões do Orçamento do Estado. Mas se, nas condições atuais, os recursos disponíveis não existem para garantir esse direito a todos, devemos fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para assegurar a quem dele manifestamente precisa.

Tratar a esmagadora maioria dos alunos pela mesma bitola – independentemente dos níveis de rendimentos das suas famílias ou da distância entre os seus locais de origem e a instituição que frequentam, que é determinante nos custos adicionais que têm de suportar –, não é dar igualdade de oportunidades. É tentar tratar como igual o que é diferente. É condenar injustamente muitos estudantes a situações de abandono forçado ou até, como também foi referido nas notícias, a entrarem na vida ativa sob a alçada de processos de cobrança coerciva de dívidas nas Finanças.

PUBLICIDADE ■ CONTINUE A LEITURA A SEGUIR

Não estou a dizer que não existam abusos, casos em que quem pode pagar não o faz. Mas o simples facto de estes números tenderem a agravar-se em momentos de crise já prova que existem falhas sistémicas graves, que é imperioso resolver.

Uma coisa é certa: o custo, para o país, do abandono escolar no Ensino Superior por razões económicas, será infinitamente superior ao que custaria ajustar os critérios para evitar estes casos.

PUBLICIDADE ■ CONTINUE A LEITURA A SEGUIR

Portugal tem feito um esforço notável de qualificação da sua população, em todos os níveis e ao longo de várias décadas, mas não devemos cair na ideia errada de que já temos diplomados suficientes e que não precisamos de continuar a fazer crescer estes números, cativando novos públicos, nomeadamente entre a população ativa, mas também nas franjas que continuam a não ir além da escolaridade obrigatória, diversificando as ofertas.

Eurodeputada

PARTILHAR

COMENTÁRIOS
